

SINTIUS



1942 - 2017

# SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

25/07/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Governo prepara proposta de PDV para servidores federais

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão está preparando uma proposta que define regras para um Programa de Desligamento Voluntário (PDV) de funcionários públicos federais. A medida inclui também a redução da jornada de trabalho com remuneração proporcional para servidores públicos do Poder Executivo Federal. A informação foi divulgada ontem (24) pela pasta. A proposta é oferecer uma indenização correspondente a 125% da remuneração do servidor na data de desligamento multiplicada pelo número de anos de efetivo exercício do servidor.

A iniciativa do governo federal busca reduzir gastos públicos com a folha de pagamento dos servidores públicos federais. A expectativa é que a medida gere uma economia de cerca de R\$ 1 bilhão ao ano.

Segundo o ministério, a proposta prevê também que os servidores efetivos poderão requerer a redução da jornada de trabalho de 8 horas diárias e 40 semanais para 6 ou 4 horas diárias e 30 ou 20 horas semanais, respectivamente, com remuneração proporcional, calculada sobre o total da remuneração.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 25/07/2017

## Economia brasileira deve crescer 0,3%

O aumento da incerteza política e as dúvidas sobre as próximas medidas econômicas do presidente Michel Temer vão se refletir em um ritmo de recuperação da atividade mais contido, avalia o Fundo Monetário Internacional (FMI) em relatório de atualização de projeções divulgado durante evento na Malásia nesta segunda-feira, 24.

A projeção é que a economia brasileira deva crescer 0,3% este ano, um dos menores níveis entre os principais mercados do mundo.

Para 2018, o FMI projeta expansão de 1,3%, abaixo do 1,7% que previa relatório de abril.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 23/07/2017

## Aposentadoria de servidor vai ser alterada na reforma

As alterações feitas pelo governo para viabilizar a reforma da Previdência na Câmara aumentaram em mais de 40% a expectativa de economia com a aposentadoria de servidores públicos federais na próxima década. O texto aprovado pela comissão especial flexibilizou as regras para segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em relação à proposta original, mas endureceu para servidores públicos - que têm regras mais favoráveis e estão entre os principais críticos da reforma.

Para o regime dos servidores da União, a expectativa era que o texto original gerasse R\$ 62 bilhões de economia de 2018 a 2027. Com as mudanças na Câmara, o número saltou para R\$ 88 bilhões. As projeções do Ministério da Fazenda foram obtidas pela Folha de S. Paulo por meio da Lei de Acesso à Informação.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 25/07/2017

## Centrais sindicais se reúnem para debater plano de lutas

Representantes das seis centrais sindicais – Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central, CSB – se reuniram na tarde de ontem na sede da Força Sindical, em São Paulo, para debater o plano de lutas e a ação por mudanças na nova legislação trabalhista e na reforma da Previdência. Sindicalistas querem que o Governo edite a Medida Provisória com modificações na nova Lei trabalhista, que foi prometida pelo presidente Michel Temer.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 25/07/2017

## Reforma trabalhista reforça multa por má-fé em processos judiciais

A reforma trabalhista tenta combater a chamada litigância de má-fé, quando um funcionário pede na Justiça direitos além daqueles que efetivamente deixaram de ser pagos para pressionar o empregador a fazer um acordo. De acordo com o texto, o trabalhador ou empregador que agir de má-fé nos processos trabalhistas -alterando a realidade dos fatos, protelando o processo com recursos ou induzindo o juiz ao erro, por exemplo- será punido com multa de até 10% do valor da causa, podendo ser condenado até a indenizar a parte contrária. A medida vai reforçar um posicionamento que já é adotado, ainda que timidamente, em todas as instâncias da Justiça do Trabalho. "O número de condenações ainda não é expressivo, mas a Justiça já usa o CPC (Código de Processo Civil) para punir situações desse tipo", diz o presidente do TRT-2 (Tribunal de Justiça do Trabalho da Segunda Região), São Paulo, o desembargador Wilson Fernandes. Há multa, mas o percentual é definido pelo juiz. "Esse posicionamento da Justiça [de punir a má-fé] vai ficar ainda mais acentuado com a reforma trabalhista", afirma o advogado Otavio Pinto e Silva, do escritório Siqueira Castro Advogados.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 25/07/2017

## Governo mantém previsão de 0,5% de crescimento do PIB

O governo federal manteve em 0,5% a estimativa de alta do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas no país. A previsão consta do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, lançado a cada dois meses. A previsão do mercado é de que o crescimento fique em 0,34%. Em 2016, o PIB teve queda de 3,6%. O relatório apresenta os parâmetros oficiais da economia e as previsões de arrecadação, de gastos e de cortes no Orçamento. Com base no documento, o governo edita um decreto de programação orçamentária, com novos limites de gastos para cada ministério ou órgão federal.

Fonte: Agência Brasil - <http://cnti.org.br/html/default.html>

## Dívida pública tem alta de 3,22% em junho

DE BRASÍLIA

O estoque da Dívida Pública Federal cresceu de R\$ 3,253 trilhões para R\$ 3,357 trilhões em junho, o que corresponde a um aumento de 3,22% em termos nominais. Os dados constam do Relatório Mensal da Dívida Pública divulgado ontem, em Brasília, pelo Tesouro Nacional.

As emissões da Dívida Pública Federal (DPF) brasileira ficaram em R\$ 74,1 bilhões em junho, enquanto os resgates somaram R\$ 3,84 bilhões. Assim, foram registrados R\$ 70,26 bilhões em emissões líquidas.

Foram R\$ 72,19 bilhões referentes à emissão líquida da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) e R\$ 1,92 bilhão relacionado ao resgate líquido da Dívida Pública Fede-



Para Leandro Secunho, resgate de título em euro minimizou perdas

ral Externa.

O estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) em circulação no mercado nacional foi ampliado em 3,31%, passando de R\$ 3,130 trilhões para R\$ 3,233 trilhões.

Já o estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe) acusou aumento de 0,91% sobre o

apurado em maio, encerrando junho em R\$ 123,99 bilhões (US\$ 37,48 bilhões). Deste total, R\$ 112,42 bilhões (US\$ 33,98 bilhões) são referentes à dívida imobiliária, e R\$ 11,57 bilhões (US\$ 3,5 bilhões) à dívida contratual.

"No que se refere à dívida externa, o destaque foram os resgates. Não houve emissão,

mas resgate de um título em euro, que originalmente foi emitido em lira italiana. Trata-se de menos um título antigo e ineficiente que tínhamos", explicou o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Leandro Secunho.

Segundo o Ministério da Fazenda, a variação se deve principalmente à desvalorização do Real em relação às principais moedas que compõem o estoque da dívida externa. O governo informa que o resultado foi em parte compensado por um resgate líquido de R\$ 1,92 bilhão.

A variação do endividamento do Tesouro pode ocorrer por meio da oferta de títulos públicos em leilões, pela internet (Tesouro Direto) ou pela emissão direta. A variação pode ocorrer também pela assinatura de contratos de empréstimo.

Nesse caso, o Tesouro toma empréstimo de uma instituição ou de um banco de fomento, destinado a financiar o desenvolvimento de uma determinada região.

Fonte: Jornal A  
Tribuna  
25/07/2017